



Na CAS, Mão Santa (em primeiro plano) relata projeto sobre remédios genéricos

Proposta impede desvio de verbas da seguridade

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais impede que recursos destinados à Seguridade Social sejam utilizados pelo governo em outras rubricas orçamentárias. "No Brasil, o desvio de verbas públicas de suas destinações específicas é prática comum", lamentou o relator da proposta, Valdir Raupp. Outro projeto aprovado pela comissão cria fundo destinado a financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima. Os senadores acolheram também projeto que obriga o médico a explicitar, na receita, o nome do princípio farmacológico ativo do remédio receitado. **Página 7**

Convocação ou recesso pode ser decidido hoje

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, transferiram para hoje o anúncio de uma decisão sobre o funcionamento do Congresso a partir de sexta-feira. **Página 5**

Projeto cria fundo que estimula a leitura

A Comissão de Educação aprovou projeto que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura. Segundo a proposta, esse fundo financiará até 80% do custo total de projetos que estimulam a leitura. **Página 8**

CPI e Palocci acertam depoimento para 2006

Foi adiado para o início do ano que vem o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, à CPI dos Bingos. Em carta à comissão, ele se desculpa por não poder comparecer em dezembro. **Página 4**

Em sessão encerrada após as 23h de ontem, Senado praticamente esvaziou a pauta. Segundo Renan Calheiros, foram examinadas quase 3 mil matérias este ano

Aprovada recriação da Sudene e da Sudam

As superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e do Norte (Sudam), extintas no governo Fernando Henrique Cardoso, estão sendo recriadas.

O Senado aprovou projetos nesse sentido, que retornam à Câmara. Em sessão encerrada depois das 23h de ontem, foram votadas várias propostas. **Páginas 3, 6 e 8**



Os relatores do projeto sobre a Sudene, Antonio Carlos e Tasso Jereissati, conversam com o presidente do Senado, Renan Calheiros

Consórcios podem ser regulamentados em lei



Tourinho (E) discute na CAE o projeto que amplia acesso dos estados aos depósitos judiciais

Um negócio de R\$ 15 bilhões, que funciona no país há 40 anos, pode ser, enfim, regulamentado por lei específica. Ontem, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto que discipli-

na os consórcios. A comissão acolheu ainda proposta, posteriormente aprovada pelo Plenário, ampliando o acesso dos estados e do Distrito Federal aos recursos de depósitos judiciais. **Página 6**

Senado votou quase 3 mil matérias

Ao encerrar a sessão deliberativa de ontem, o presidente Renan Calheiros afirmou que o Senado votou neste ano quase 3 mil matérias, das quais 800 no segundo semestre, quando as atividades de investigação das CPIs foram mais intensas. "Não é verdade quando se afirma que estamos inertes diante dos fatos políticos nacionais. Estamos fazendo a nossa parte."

Parecer aprovado pela Comissão Especial da Reforma do Judiciário traz sugestões para agilizar atuação da Justiça



José Jorge (E), ao lado de José Eduardo Cardozo, diz que relatório é um grande avanço

Propostas deverão ampliar acesso dos cidadãos à Justiça

"Um avanço para tornar a Justiça mais ágil". Assim o senador José Jorge (PFL-PE) qualificou a aprovação, ontem, pela comissão mista especial, do relatório por ele elaborado, com propostas para a regulamentação de dispositivos contidos na reforma do Judiciário, promulgada em dezembro do ano passado. O parecer será encaminhado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que o enviará para análise das comissões competentes das duas Casas do Congresso.

O relatório apresenta cinco projetos sobre os seguintes temas: regulamentação da repercussão geral do recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal (STF); edição, revisão e cancelamento de súmulas com efeito vinculante; pedidos de federalização de crimes contra direitos humanos; criação do Fundo Garantidor das Execuções Trabalhistas (FGET); e ampliação da competência da

Justiça do Trabalho.

O documento contém requerimentos de urgência para a tramitação de 15 proposições (dez na Câmara e cinco no Senado) que alteram os códigos de Processo Penal e Civil, além de sugerir a criação de duas subcomissões temporárias para exame de propostas referentes à reforma processual no âmbito das comissões de Constituição e Justiça do Senado e da Câmara.

Também foram acolhidas três emendas oferecidas pelo presidente da comissão, deputado José Eduardo Cardozo (PT-SP), entre elas a que exclui da repercussão geral de recursos extraordinários as causas relacionadas ao exercício de mandatos eletivos e a crimes de genocídio, entre outros.

Para José Jorge, a aprovação do relatório final pela comissão contribuirá para ampliar o acesso dos cidadãos à Justiça e agilizar a prestação jurisdicional.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Congresso analisa créditos orçamentários e vetos

O Congresso Nacional realiza sessão a partir das 10 horas para deliberar sobre vetos presidenciais e projetos de lei que tratam de créditos orçamentários. Mais de 200 vetos estão na fila para serem apreciados pelo Congresso. Às 14h, a sessão deliberativa do Senado Federal tem o objetivo de votar, entre outras matérias, indicações feitas pelo Executivo para agências reguladoras e embaixadas.



Roberto Rodrigues debate cooperativismo e rebanho bovino

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) discute projetos sobre cooperativismo com o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues (foto), às 9h30. Também participa do encontro o secretário nacional de Economia Solidária, Paul Singer. Depois da audiência pública, os senadores debatem a comercialização da carne bovina, que tem sofrido impactos por conta do surto de febre aftosa em rebanhos brasileiros.

CPI ouve vice-presidente do Banco Rural

A CPI dos Correios toma, às 11h, depoimento do vice-presidente do Banco Rural, José Roberto Salgado. Segundo o ex-superintendente do Rural Carlos Godi-

nho, Salgado teria sido alertado sobre fraudes nos empréstimos a Marcos Valério e suspeitas de lavagem de dinheiro na movimentação financeira do empresário.

Depoimentos de donos da Beta

A Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouve, às 14h, representantes da empresa aérea Beta, que opera o transporte de correspondências da estatal:

Lincoln Pereira Frade, Regiane V. Pimentel e Francisco Marques Carioca. Às 19h, será ouvido o sócio da Cortez Câmbio e Turismo Carlos Alberto Taveira Cortez.

CRE analisa situação das Forças Armadas

O panorama das Forças Armadas brasileiras é o tema de audiência pública que será promovida pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 9h30. Serão ouvidos o vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar (foto), e os comandantes do Exército, general Francisco Roberto de Albuquerque; da Marinha, almirante Roberto de Guimarães Carvalho; e da Aeronáutica, tenente-brigadeiro Luiz Carlos da Silva Bueno.



Desconto em passagem para idosos

Em exame na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que se reúne às 10h, projeto de lei que cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher e o substitutivo ao projeto que prevê a concessão de desconto em passagem aérea para maiores de 60 anos.

Mostra naval no Salão Negro

Até o dia 17, o Salão Negro abriga mostra em comemoração à Semana da Marinha. Dividida em módulos, o foco principal do evento é a participação e a contribuição das organizações militares da Marinha na Amazônia Azul, que corresponde a uma área de mais de 4,5 milhões de km².

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida,

Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e

Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Mão Santa, Papaléo Paes e Jefferson Péres

Mesa anuncia perda de mandato de Capiberibe

A Mesa diretora do Senado declarou ontem a perda do mandato do senador João Capiberibe (PSB-AP). O parlamentar teve o diploma cassado por decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Como não teve os direitos políticos suspensos, ele poderá disputar as próximas eleições.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, em cumprimento à determinação da Justiça, já havia declarado vago o cargo ocupado pelo senador. Mas ele obteve liminar do Supremo Tribunal Federal, garantindo direito de defesa e restabelecendo o mandato. Os termos da liminar já foram cumpridos. Assim que a decisão for publicada, o terceiro colocado nas eleições, Gilvam Borges (PMDB), tomará posse.

Conselho de Ética reelege presidente



João Alberto

Os senadores João Alberto Souza (PMDB-MA) e Demostenes Torres (PFL-GO) foram reeleitos ontem para a presidência e a vice-presidência do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, respectivamente. Eles receberam 9 votos favoráveis e nenhum contrário, sendo registrado 1 voto nulo.

– Continuarei, acima de tudo, tentando fazer justiça – disse.

Demostenes assegurou que irá lutar para que os senadores continuem “pautando-se pela ética, o decoro e a seriedade”.

Demostenes critica declarações de Lula



Demostenes Torres

Demostenes Torres (PFL-GO) criticou as declarações do presidente Lula em entrevista concedida à revista *Carta Capital*. Segundo

o senador, Lula “criou um mundo paralelo para se desgarrar” das denúncias de corrupção.

– O presidente quis mostrar que se sente machucado com as denúncias sem lastro das quais estaria sendo vítima.

De acordo com Demostenes, a entrevista apresenta “um esboço da linha de defesa que Lula utilizará para tentar conquistar outro mandato”.

Projetos voltam à Câmara, onde governo tentará retirar a proibição de contingenciamento de verbas da Sudene

Aprovada recriação da Sudene e da Sudam

O Senado aprovou ontem por unanimidade os projetos da Câmara que recriam as superintendências do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Amazônia (Sudam). Como foram modificadas pelos senadores, as propostas voltam para exame dos deputados. Tanto a Sudene como a Sudam foram extintas por medida provisória em 2001, no governo Fernando Henrique Cardoso.

O projeto de recriação da Sudene tramitava em regime de urgência e recebeu o voto de 51 senadores. O texto estabelece a composição, a natureza jurídica, os objetivos, a área de competência e os instrumentos de ação da superintendência. Institui a Sudene como autarquia especial vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Recife. Sua área de atuação engloba os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, além de alguns municípios de Minas Gerais e do Espírito Santo.

Como sucessora da Adene, a



Geraldo Magela

Em sessão plenária, senadores acolhem por unanimidade os substitutivos aos projetos da Câmara que recriam as duas autarquias

Sudene arcará com seus direitos e obrigações. O substitutivo também autoriza o Executivo a aproveitar os atuais servidores do quadro da Adene para constituir o novo quadro de pessoal da autarquia.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), anunciou que, quando a matéria tramitar na Câmara, o governo tentará retirar do texto o dispositivo que impede que as verbas destinadas à Sudene sejam contingenciadas. Se não conseguir, o presidente Lula

poderá vetar a proibição.

Amazônia

A nova Sudam, aprovada pelo Senado com 56 votos, vai substituir a Agência de Desenvolvimento da Amazônia (ADA) em seus direitos e obrigações. A autarquia, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, terá sede em Belém do Pará. A área de atuação abrange nove estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins, Pará e Maranhão. O objetivo principal do órgão é promover o

desenvolvimento econômico da região amazônica.

A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), elaborou substitutivo ao projeto da Câmara, que já havia alterado a proposta do governo. A senadora incluiu entre as atribuições da Sudam a busca do desenvolvimento sustentável, a regionalização da política industrial e o assessoramento ao Ministério do Planejamento na preparação de planos e previsões de recursos para a Amazônia no Orçamento da União.

Direitos autorais sobre trilhas sonoras serão cobrados na produção

O projeto de lei que trata de direitos autorais sobre trilhas sonoras de obras audiovisuais e cinematográficas exibidas publicamente (PLS 532/03) foi apreciado pelo Senado ontem, quando foi aprovado substitutivo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ), relator da matéria na Comissão de Educação (CE).

O substitutivo manteve o teor do projeto original, que define obra cinematográfica e audiovi-

sual como um todo inseparável e que, por isso, estabelece que os direitos autorais sobre trilhas sonoras devem ser pagos no momento da contratação da produção da obra, e não depois.

Mas ainda é possível apresentar emendas, já que a apresentação do texto final foi adiada para a próxima sessão deliberativa, prevista para amanhã, quando será apreciado pelo Senado em turno suplementar.

– Espero que não haja alterações, para que o projeto permaneça da forma como foi aprovado – declarou Roberto Saturnino.

A apreciação da matéria foi cercada de polêmica porque significa o fim da cobrança de 2,5% sobre a receita bruta da bilheteria a título de direitos autorais, que o Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) vem fazendo baseado na legislação em vigor.

Plano Especial de Cargos para Cultura

O Senado aprovou projeto que cria o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural (Geac). Segundo o relator, Tião Viana (PT-AC), a matéria, que vai à sanção, visa recuperar os salários dos servidores do Ministério da Cultura e órgãos vinculados e reconhecer a sua importância.

Também foi criado o Plano de Classificação de Cargos da Advocacia Geral da União e alteradas as leis de pessoal da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e do Departamento Nacional de Produção Mineral.

Homenagens a Santos Dumont em 2006

Aprovado projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que institui 2006 como o Ano Nacional Santos Dumont. A matéria (PLS 293/03) segue agora à sanção presidencial, após ter sido rejeitada emenda oferecida pela Câmara.

No parecer do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Educação (CE), observa-se que a iniciativa deve integrar uma série de homenagens e eventos alusivos ao centenário do primeiro vôo mecânico do mundo. Em outubro de 1906, Santos Dumont pilotou o 14-Bis, projetado e construído por ele, em Paris.

Busca por crianças desaparecidas

As investigações policiais sobre o desaparecimento de crianças ou adolescentes deverão ser iniciadas imediatamente após sua comunicação. Esse é o resultado da aprovação, ontem, do Projeto de Lei da Câmara 96/02, de autoria da ex-deputada federal Maria Elvira, que agora vai à sanção.

A proposta prevê que, após a notificação, os órgãos competentes comuniquem o fato aos aeroportos, Polícia Rodoviária e companhias de transporte interestaduais e internacionais, fornecendo-lhes todos os dados necessários à identificação dos desaparecidos.

Mão Santa quer "reinstaurar" autarquia

Antes da votação do projeto que recria a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), Mão Santa (PMDB-PI) informou que apresentará emenda para substituir o verbo “institui” por “reinstaurar” no PLC 59/04. Ele entende que a medida provisória deveria ter sido enviada com esse objetivo pelo governo.



Mão Santa

Aelton sugere medidas para prevenir epidemia

Aelton Freitas (PL-MG) chamou a atenção para o perigo de uma epidemia de gripe aviária no Brasil. O senador sugeriu aprimoramentos no plano empregado pelo governo para prevenir e enfrentar essa possibilidade. Segundo Aelton Freitas, é preciso desenvolver um plano de comunicação nacional que possa orientar e tranquilizar a população. Campanhas de alerta em locais de grande trânsito de pessoas também seriam fundamentais, afirmou ele.

Crivella rebate críticas de *Veja* a José Alencar



Marcelo Crivella

Marcelo Crivella (PMR-RJ) defendeu o vice-presidente José Alencar das críticas feitas pela revista *Veja*, que chamou de hipócritas as críticas

de Alencar à política de juros, já que sua empresa, a Coteminas, teria recebido empréstimos de R\$ 421 milhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a juros baixos.

Crivella atribuiu as críticas ao interesse de empresas de comunicação de que os juros não caiam porque têm dívidas em dólar, cuja cotação subiria com a queda.

Para Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Alencar é um homem de bem. Já César Borges (PFL-BA) disse que sua única ressalva ao vice-presidente refere-se à negociação de camisetas com o PT feita pela Coteminas.

Para Pavan, manifesto do PT é "traição" a Lula



Leonel Pavan

Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou a falta de solidariedade do PT ao presidente Lula. Na avaliação do senador, a resolução do partido contendo

novas diretrizes para a política econômica "é uma afirmação de que o PT não é o governo".

– Se é assim, eu me solidarizo com Lula, já que ele está sendo traído. Afinal, quem fundou o PT e levou Ricardo Berzoini [presidente do partido] para o Ministério? – indagou o parlamentar, lembrando que Lula compôs seu primeiro gabinete com candidatos do partido derrotados nas eleições de 2002.

Pavan disse ainda que, ao não compartilhar os erros de um governo "sem comando, que descumpru promessas de campanha, e que está afundando", o PT estaria fugindo do barco.

Em carta à CPI dos Bingos, ministro da Fazenda explica sua ausência, pede a compreensão dos senadores e reitera sua disposição para novo depoimento

Palocci se justifica e faz acordo para depor no ano que vem

Por unanimidade, os senadores da CPI dos Bingos decidiram acatar decisão do presidente do colegiado, senador Efraim Morais (PFL-PB), e adiar o depoimento do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, para o início do ano que vem. Efraim, "em mais uma deferência da comissão para com o ministro", marcou o depoimento para janeiro ou fevereiro de 2006, assim que os trabalhos parlamentares forem reiniciados. A data ainda não foi definida, pois não há decisão sobre o funcionamento do Congresso durante o recesso parlamentar.

– Palocci está convidado a comparecer na primeira semana da retomada dos trabalhos. Se o ministro entender que não deve receber mais esta deferência da CPI, será de uma vez por todas convocado. Foi uma decisão pensada, discutida, submetida a votação e aprovada por unanimidade – resumiu Efraim.

BC promete entregar relatórios de fiscalização do Rural e BMG

Representantes do Banco Central (BC) reuniram-se ontem com o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), e se comprometeram a entregar cópias dos relatórios de fiscalizações feitas pelo BC nos bancos Rural e BMG desde 1998.

A visita aconteceu depois que o ex-superintendente do Banco Rural Carlos Godinho afirmou na CPI que os empréstimos feitos pelo banco ao PT e à agência SMP&B, do empresário Marcos Valério, foram atípicos e que o Banco Central não teria fiscalizado as movimentações da maneira esperada. Osmar Serraglio pretende investigar especialmente a atuação do Conselho de Contribuintes do Banco Central, do qual participava o procurador Glênio Guedes, acusado de envolvimento no suposto esquema de lavagem de dinheiro do empresário Marcos Valério.



Efraim Morais (E), presidente da CPI, lê a carta do ministro Antonio Palocci

Palocci recebeu essa nova chance em virtude de carta enviada ao presidente da comissão em que pede a compreensão dos senadores pela ausência e explica que anda ocupado com viagens a trabalho.

O ministro assinala ainda que, embora tenha ido ao Congresso três vezes em 2005, está de novo à disposição para prestar esclarecimentos, delegando aos senadores a tarefa de marcar a data do depoimento.

O senador José Jorge (PFL-PE)

enumerou alguns assuntos que o ministro terá que explicar, entre eles sua relação com Rogério Buratti, Vladimir Poletto e Ralf Barquete, e a questão da suposta doação de Cuba à campanha do PT em 2002.

Amanhã a CPI pode ter sua última reunião em 2005. Serão apreciados requerimentos de Antero Paes de Barros (PSDB-MT), entre eles o que pede a quebra dos sigilos de Paulo Okamoto, presidente do Sebrae e amigo do presidente Lula.

CPI suspeita que Varig Log recebia mensalão

A CPI dos Correios suspeita que a empresa Varig Log tenha recebido uma espécie de mensalão para não atrapalhar o conluio entre as empresas Beta e Skymaster para monopolizar os contratos com os Correios.

Os parlamentares estranharam, durante depoimento de José Carlos Rocha Lima, ex-presidente dos Correios e da Varig Log, que a companhia, altamente prejudicada em dois processos da estatal, não tenha procurado anulá-los judicialmente.

– Técnicos dos Correios montaram o edital para excluir a Varig Log porque tínhamos o Velog, que fazia concorrência ao Sedex. Nós fomos praticamente enxotados do processo, não porque quisemos – narrou o depoente.

Rocha Lima negou-se a abrir seus sigilos e o deputado José Eduardo Cardozo, sub-relator de Contratos, afirmou que fará requerimento nesse sentido.

José Jorge: com a Geap, PT quer monopólio

O suposto monopólio da Geap – Fundação de Seguridade Social na prestação de serviços de saúde suplementar aos funcionários públicos federais foi criticado por José Jorge (PFL-PE). Ele afirmou que vários dos convênios da Geap com órgãos públicos foram tidos como irregulares pelo Tribunal de Contas da União (TCU), e ainda estariam em vigor.

A Geap é empresa de direito privado, constituída por funcionários dos ministérios da Saúde, Previdência Social e Justiça, entre outros, e gerida e custeada por representantes dessas entidades e dos seus funcionários. Em 2004, o Decreto 4.978 abriu espaço para que outros órgãos firmassem convênios com a Geap. Para o senador, esse decreto contrariava a Constituição e a Lei 8.666/93, que rege as licitações públicas.

– O PT ocupa os principais cargos da empresa para monopolizar os planos de saúde suplementar do governo – afirmou.

Heráclito lembra início da crise, há sete meses

Heráclito Fortes (PFL-PI) lembrou os quase sete meses de publicação da reportagem em que o então chefe de Administração e Compras dos Correios, Maurício Marinho, apareceu embolsando R\$ 3 mil. A denúncia deu início ao escândalo que está sendo apurado pela CPI dos Correios.

O senador piauiense indagou, dirigindo-se a Eduardo Suplicy (PT-SP), que outro governo se envolveu "num raio maior de corrupção".

Heráclito Fortes ressaltou a integridade de alguns petistas, "que não carregam dinheiro em aviões e cuecas" e citou, além de Suplicy, o senador Sibá Machado (AC). O senador também se disse surpreso com o fato de o presidente Lula assegurar que o mensalão não existiu.



Heráclito Fortes

Bornhausen reprova políticas econômica e externa do governo Lula

Jorge Bornhausen (PFL-SC) criticou as ações do governo do presidente Lula, desde a condução da economia até a política externa, passando pela crise política e denúncias de corrupção.

Bornhausen – que é presidente do PFL – afirmou que a política

econômica do governo Lula é "neoconservadora", destacando as altas taxas de juros, que considera "escorchantes". Outro ponto que ressaltou foi a queda dos investimentos públicos.

– Enquanto o mundo cresceu por três anos consecutivos, o Bra-

sil vem apresentando expansão medíocre, que neste ano deverá se limitar a 2% ou 2,5% – disse.

Quanto à política externa, o senador criticou o que chama de abordagem "terceiro-mundista", na qual líderes como Fidel Castro e Hugo Chávez teriam a prefe-

rência do governo. Bornhausen também declarou que a resistência à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) teve motivações exclusivamente ideológicas. Já sobre a crise política, ressaltou que "o valerioduto revelou a lama existente no governo".



Bornhausen: política externa é "terceiro-mundista" e a econômica, "neoconservadora"

Virgílio: governo é campeão da corrupção



Arthur Virgílio

Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM) afirmou que o presidente Lula não tem autoridade para dizer que os partidos de oposição no Brasil

são golpistas. Ele citou notícias publicadas nos jornais brasileiros contendo acusações de corrupção, dizendo que o grande número de denúncias dão ao governo e ao PT o título de campeões nacionais da improbidade administrativa.

O senador também criticou Lula por manter amizade com “ditadores ou governantes que seguem a linha da antidemocracia”, como seria o caso do presidente da Venezuela, Hugo Chávez.

Agripino censura valor antecipado ao FMI



José Agripino

José Agripino (PFL-RN) criticou ontem presumível decisão do governo federal, anunciada pela imprensa, de antecipar pagamento de US\$

15,5 bilhões em dívidas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que venceriam até o final de 2007. Para o senador, esses recursos deveriam ser investidos em infra-estrutura, na diminuição da carga tributária e em estímulo aos pequenos empresários.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) afirmou que US\$ 15,5 bilhões é exatamente o valor divulgado pela Receita Federal como excedente da arrecadação de tributos até outubro deste ano.

ACM denuncia tráfico de influência na Bahia



Antonio Carlos

Mostrando matérias de jornal com denúncias de tráfico de influência envolvendo desembargadores do Tribunal de Justiça da Bahia,

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) pediu providências ao presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Nelson Jobim, para inibir a ação no Judiciário. Para o senador, o Supremo Tribunal Federal é o único tribunal brasileiro imune a essas práticas.

ACM também demonstrou preocupação com a reputação da publicidade brasileira diante da crise política.

Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados vão analisar posições defendidas na reunião ocorrida ontem e definir sobre o funcionamento do Congresso em janeiro

Sem acordo entre líderes, Renan e Aldo decidem sobre convocação

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, se encontram hoje para decidir se convocam o Legislativo extraordinariamente para trabalhar no recesso de fim de ano. A reunião realizada ontem com líderes, presidentes de CPIs e do Conselho de Ética da Câmara terminou sem acordo. Os presidentes das duas Casas do Legislativo devem analisar as posições defendidas e anunciar decisão conjunta ainda hoje.

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), resumiu a reunião dizendo haver uma posição majoritária entre os líderes, mas não consensual. Ele apóia uma convocação que permita ao Conselho de Ética da Câmara ultimar pelo menos oito dos 11 processos de cassação de deputados em curso naquela Casa e apresentou outras sugestões.

– Que se faça uma pauta preordenada para os trabalhos da Câmara e do Senado, por exemplo, para aprovar a lei das microempresas; para votar o Orçamento com inovações, como a exigência de que parte dele seja impositiva; e para manter em funcionamento



Renan (C) e Aldo Rebelo buscam entendimento com líderes e presidentes das CPIs

as CPIs a partir de 16 de janeiro até o início do período normal de trabalhos, em 15 de fevereiro – sugeriu.

Agripino reconheceu que, para que o Legislativo execute todas essas tarefas e obtenha resultados com a agenda, será necessário haver quórum pleno e isso só se consegue pagando a convocação. Ele afirmou ainda que, embora o governo deseje votar logo o Orçamento, este não está ainda em condições de ser decidido.

– Os relatórios preliminares não foram nem sequer apreciados, muito menos aprovados – lembrou.

Após a reunião, o líder do

PMDB no Senado, Ney Suassuna (PB), relatou que Renan e Aldo vão decidir com base na manifestação de cada líder. Suassuna disse que a necessidade de votar o Orçamento foi amplamente defendida.

– Todos concordam em que se precisa votar não o Orçamento como veio do Executivo, mas um orçamento que tenha os acordos do Congresso. Sobre a convocação, o medo de que não haja quórum é grande. Isso tendo o pagamento, imagine sem ter a remuneração – observou.

Para Suassuna, os presidentes das duas Casas farão triagem das opiniões e adotarão a decisão.

Valor do salário mínimo será decidido por Lula

Está nas mãos do presidente Lula a decisão sobre o novo valor do salário mínimo, a ser pago a partir de maio próximo, informou o relator-geral do Orçamento de 2006, deputado Carlito Merss (PT-SC), depois de participar de reunião do presidente com os ministros do Planejamento, da Casa Civil, do Trabalho e Interino da Fazenda.

No encontro, realizado ontem, o presidente ouviu do relator que o Congresso identificou R\$ 9,9 bilhões a mais nas receitas para 2006, mas o “rombo” do Orçamento passa de R\$ 13 bilhões. O governo havia proposto um mínimo de R\$ 321, no entanto o próprio Merss garantiu que o valor será de pelo menos R\$ 340.

A Comissão Mista de Orçamento se reúne hoje para apreciar a reestimativa apresentada pelo Comitê de Receitas, além de 12 pedidos de créditos feitos pelo presidente da República.

César Borges critica gastos do governo

César Borges (PFL-BA) criticou o aumento dos gastos do governo federal com o custeio da máquina pública. Citando matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, ele destacou que nos primeiros dez meses deste ano houve crescimento de 21% nas despesas federais com passagens aéreas, diárias, material de consumo, locação de mão-de-obra e consultorias.

O senador condenou o governo por ter promovido elevação da arrecadação por meio do aumento da carga tributária e da redução de investimentos em setores como saúde, educação e infra-estrutura, prejudicando



César Borges

Tourinho defende o orçamento impositivo

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defendeu em Plenário a aprovação da proposta de emenda à Constituição que institui o orçamento impositivo da União e revoga o atual modelo, que é autorizativo. No entendimento do senador, o sistema em vigor diminui a responsabilidade dos ministérios em relação à distribuição de recursos federais e fere as prerrogativas do Parlamento de legislar e fixar contas dos exercícios financeiros.

A PEC (22/00) é de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e ainda tramita no Senado. Rodolpho Tourinho, no entanto, pediu pressa na sua análise, argumentando que um novo modelo de Orçamento Geral da União teria o poder de evitar a prática do contingenciamento, que é a retenção, pelo governo, de recursos para compor o saldo do superávit primário, destinado somente ao pagamento da dívida pública.

Cristovam lembra os 37 anos do AI-5

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou, ontem, o 37º aniversário do Ato Institucional nº 5, decretado em 13 de dezembro de 1968 pelo regime militar. Para o parlamentar, o AI-5 foi “um dos atos mais aberrantes da história brasileira”, levando ao fechamento do Congresso, à cassação de parlamentares, à perseguição das oposições e ao acirramento da censura.

Cristovam avalia que o país, agora, precisa “casar a democracia construída quando da derrubada do AI-5 com o atendimento as necessidades sociais”.



Cristovam Buarque

Manutenção do programa de biodiesel

Alberto Silva (PMDB-PI) pediu a intermediação de Tião Viana (PT-AC) junto ao governo para a continuidade do programa de biodiesel por meio da plantação de mamona no semi-árido nordestino.

O senador lembrou que o presidente Lula, quando esteve no Piauí, prometeu aos lavradores que iria criar o programa, mas documento produzido por grupo de trabalho da Embrapa de Campina Grande (PB) propôs o zoneamento do plantio de mamona, restringindo sua área de plantação. Segundo Alberto Silva, a proposta da Embrapa não tem nenhuma consistência técnica.

Portadores de fibrose cística isentos do IR

Romeu Tuma (PFL-SP) pediu a transcrição integral de nota técnica da Secretaria da Receita Federal (SRF) que confirma a manutenção da isenção do Imposto de Renda (IR) para os rendimentos de aposentadoria, reforma ou pensão de portadores de fibrose cística.

A explicação foi suscitada por requerimento de informação do senador ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, diante de sucessivas mudanças no rol de doenças graves passíveis de isenção do IR. A fibrose cística foi incluída na relação pela Lei 9.250/95.



Alberto Silva



Romeu Tuma



Magno Malta defende uma "investigação rigorosa e rápida" do episódio no Espírito Santo

Magno Malta protesta contra grampo no ES

Magno Malta (PL-ES) protestou, da tribuna, contra a escuta telefônica de jornalistas da Rede Gazeta, do Espírito Santo. O senador argumentou que é preciso investigar o caso para saber por que houve o grampo.

De acordo com noticiário da imprensa, a Polícia Civil e o Ministério Público do estado teriam solicitado a realização da escuta, que seria autorizada pela Justiça local.

Magno Malta defendeu a remessa de documentos ao presidente da República e ao ministro da Justiça solicitando a "investigação rigorosa e rápida" do episódio.

Ideli quer rigor no uso de escuta telefônica

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) sugeriu que o Senado estude uma forma de evitar que autorizações judiciais para escutas telefônicas sejam utilizadas em interesses escusos. Ela relatou o caso ocorrido no Espírito Santo, quando, disse, o sistema de monitoramento telefônico do governo estadual foi usado de forma ilegal para monitorar conversas telefônicas de jornalistas e funcionários da Rede Gazeta.

– Fato semelhante ocorreu durante a investigação do caso Santo André, quando foram incluídas pessoas da administração do município em uma lista para monitoramento telefônico. Por conta disso, existem fitas gravadas, obtidas de maneira ilegal, atingindo personalidades que têm que ficar se explicando.

Implantada no Brasil há mais de 40 anos, e com negócios que representaram cerca de R\$ 15 bilhões ano passado, atividade ainda não conta com lei específica para seu funcionamento

CAE aprova regulamentação do sistema de consórcios no país

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem, nos termos de substitutivo, projeto de lei do senador Aelton Freitas (PL-MG) que regulamenta o sistema de consórcios no país. Com negócios que representaram cerca de R\$ 15 bilhões em 2004, os consórcios funcionam no Brasil há mais de 40 anos, mas não dispõem de lei específica para regular direitos e deveres das partes.

Entre as mudanças contidas no substitutivo oferecido pelo relator, Gerson Camata (PMDB-ES), está a determinação de que a cobrança de taxas e valores somente pode ser efetuada pelas administradoras se expressamente prevista no contrato. Ele incorporou 15 emendas à proposição, já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Como o projeto (PLS 533/03) tramita na CAE em caráter terminativo, o substitutivo será submetido a



Projeto de Aelton pode ir para a Câmara, depois de votado em turno suplementar

segundo turno de votação no colegiado, seguindo depois para exame na Câmara, caso não haja recurso para votação em Plenário.

A proposta prevê a possibilidade de utilização da carta de crédito para quitação de financiamento imobiliário e confirma a utilização do FGTS para a oferta de lance ou comple-

mento do valor do crédito para pagar imóvel por sistema de consórcio. O projeto inclui ainda nova sistemática de devolução de valores para pessoas que decidem deixar os grupos.

A CAE acolheu também parecer favorável de Luiz Otávio (PMDB-PA), presidente da comissão, a proposta do Executivo que dispõe sobre a concessão de subvenção à Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), em liquidação.

Na mesma reunião, a CAE aprovou a indicação presidencial do nome de Paulo Furquim de Azevedo para compor o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). A matéria, relatada por Ana Júlia Carepa (PT-PA), vai ao Plenário.

Por requerimento de José Jorge (PFL-PE), o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, será convidado para esclarecer à CAE a reduzida execução das despesas orçamentárias.

MP de São Paulo pode investigar contrato assinado por Marta

Parecer com recomendação para que o Ministério Público do Estado de São Paulo investigue a regularidade de aditivo a contrato firmado pela ex-prefeita da capital paulista Marta Suplicy relativo a empréstimo para investimentos, dentro do Programa Nacional de Iluminação Pública (Reluz), foi acolhido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Para o autor do parecer, senador Luiz Otávio (PMDB-PA), há indícios de improbidade e infração ao Código Penal no ato da ex-prefeita. Ao acatar o relatório, que ainda vai a exame do Plenário, os membros da comissão rejeitaram voto em separado apresentado pelo senador Aloizio Mercadante (PT-SP), com pedido para arquivamento da matéria. O senador Eduardo Suplicy, também do PT paulista, ainda tentou adiar a votação, pedindo mais uma oportunidade para que a ex-prefeita explicasse a operação na CAE. Marta Suplicy, que havia recebido convite para ir à comissão nessa terça-feira, justificou que não pôde comparecer em decorrência de compromisso inadiável.

Era o segundo convite expedido pelo colegiado para que a ex-prefeita de São Paulo prestasse esclarecimentos sobre o assunto.



Substitutivo apresentado por Tourinho (D) à CAE mantém depósito judicial em bancos oficiais

Ampliação do acesso a depósito judicial permitirá aos estados quitar precatórios

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto da Câmara que amplia para 70% o limite máximo de utilização, pelos estados e Distrito Federal, de recursos dos depósitos judiciais e extrajudiciais referentes a ações de cobrança de tributos, em fase de julgamento. O teto atual é de 50%.

A proposta foi acolhida nos termos do substitutivo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), elaborado pelo senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA). O parecer favorável de Plenário ficou a cargo do senador Romeu Tuma (PFL-SP), em substituição à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto retornará à Câmara.

Depois de negociações com o governo, Tourinho excluiu, do substitutivo, o mecanismo que autorizaria a licitação de instituição financeira – pública ou privada – para acolher os depósitos. Desse modo, ficou preservado o princípio de que os depósitos devem ser feitos apenas em bancos oficiais, controlados pela União ou pelos estados.

Com mais recursos dos depósitos, os estados poderão quitar precatórios que hoje consomem verbas orçamentárias e, em consequência, reduzem os investimentos. A lei dá prioridade ao pagamento de precatórios de pequeno valor. Depois, vêm os pagamentos da dívida pública fundada.



Motta relata que os profissionais tiveram conversas gravadas durante 30 dias

Motta repudia "afrenta à democracia"

João Batista Motta (PSDB-ES) registrou ontem sua indignação à arbitrariedade cometida contra jornalistas da Rede Gazeta, do Espírito Santo, que foram grampeados, durante 30 dias, por causa das investigações que apuram o envolvimento do juiz Antônio Leopoldo no assassinato do juiz Alexandre Martins Filho.

– Duzentos jornalistas tiveram suas conversas gravadas, transcritas e, em alguns casos, anexadas ao inquérito policial. Uma verdadeira afronta à democracia – protestou.



Para Reginaldo Duarte (foto), monsenhor Murilo de Sá Barreto "era um apóstolo do Nordeste"

Reginaldo registra morte de monsenhor

Reginaldo Duarte (PSDB-CE) registrou em Plenário o falecimento do monsenhor Murilo de Sá Barreto, aos 75 anos de idade, no último dia 4, em Fortaleza. Segundo o parlamentar, o religioso, "um apóstolo do Nordeste", sempre optou por acolher o povo.

O senador do Ceará solicitou o envio de voto de pesar aos familiares do monsenhor. Na presidência da sessão, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) associou-se à homenagem.



Segundo Sibá Machado, duração do mandato de presidente da República deve ser ampliada

Sibá defende fim da reeleição para presidente

Sibá Machado (PT-AC) defendeu, ontem, o aumento da duração do mandato de presidente da República e a proibição da reeleição para o cargo. As duas medidas são objeto de proposta de emenda constitucional (PEC 41/03) de autoria do senador.

– Todo o país tem conhecimento de que uma pessoa que, ao receber um mandato, já inicia com a preocupação de se eleger novamente, acaba imprimindo uma velocidade em seus trabalhos muito aquém do que poderia – argumentou Sibá.



Suplicy destaca que Harold Pinter, ganhador do Prêmio Nobel de Literatura, criticou ação no Iraque

Suplicy cita escritor para condenar invasão

Eduardo Suplicy (PT-SP) subiu à tribuna ontem e citou o discurso do dramaturgo e escritor inglês Harold Pinter em agradecimento ao Prêmio Nobel de Literatura, que recebeu no último dia 13 de outubro.

Pinter criticou o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, e o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, pela invasão do Iraque, ao dizer que os dois manipularam a opinião pública internacional para exercer o domínio do petróleo no Oriente Médio.

Substitutivo aprovado na CAS também determina que verbas da previdência e assistência social sejam centralizadas em banco estatal federal. A matéria segue para exame na CAE

Projeto impede o uso de recursos da Seguridade Social em outros setores

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, cinco projetos de lei, entre eles o substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a PLS 89/05, de autoria do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que impede que recursos destinados à Seguridade Social sejam utilizados pelo governo em outras rubricas orçamentárias. Em seu parecer, Raupp explicou que a proposta revoga parte da Medida Provisória 2.170/01, que centralizou os recursos da Seguridade Social no caixa do Tesouro Nacional.

– No Brasil, o desvio de verbas públicas de suas destinações específicas é prática comum, como se sabe – argumentou Raupp.

O projeto obriga ainda a centralização em banco estatal federal de todos os recursos destinados à Seguridade Social – denominação que abrange a proteção dos direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Segundo Paulo Paim (PT-RS), ao centralizar esses recursos em ban-



Decisão da CAS, presidida por Antônio Carlos Valadares (D), visa impedir o desvio de verba pública

co estatal federal, o projeto garante que essas verbas não serão usadas para outras finalidades.

Paim lembrou que recursos específicos do setor, como parcela da Contribuição sobre Lucro Líquido das Empresas (CSLL) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), têm sido sistematicamente desviados.

– Os especialistas do setor calculam em R\$ 70 bilhões as verbas da Seguridade Social desviadas somente nos últimos dez anos. Assim, o sistema parece ser deficitário quando, na verdade, é superavitário – assegurou Paulo Paim.

A proposta segue, agora, para exame pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Programa Renda Mínima poderá ter Fundo de Cidadania

A CAS aprovou, ainda, substitutivo a projeto de lei (PLS 82/99) do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que autoriza o Executivo a criar o Fundo Brasil de Cidadania, para financiar o Programa de Garantia de Renda Mínima. A proposta já foi aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e segue, agora, para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Em seu substitutivo, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) ressalta a variedade de fontes de custeio do Fundo Cidadania. Além de dotações orçamentárias, o fundo receberá 10% da participação acionária da União nas empresas públicas e sociedades de economia mista, 50% dos recursos oriundos de concessão de serviço público e de obra pública, bem como 50% da renda dos imóveis da União.

Ao defender seu projeto, Suplicy traçou um histórico do programa de distribuição de dividendos à população do estado do Alasca (EUA), que dá cerca de US\$ 1.000 por ano a cada um de seus 300 mil habitantes. O programa transformou o Alasca no estado de melhor distribuição de renda em todo o país, garantiu.

Proposta estimula uso dos remédios genéricos

Também foi acolhido pela CAS projeto que obriga médicos e odontólogos a explicitarem, em suas receitas a pacientes, o nome do princípio farmacológico ativo do medicamento receitado, conforme a Denominação Comum Brasileira ou Internacional. A proposta (PLC 65/05) estimula a utilização dos remédios genéricos, argumentou Mão Santa (PMDB-PI), em seu parecer favorável.

Foi aprovado ainda projeto de lei (PLS 314/03) que disciplina o processo de fabricação de cal para proteger o meio ambiente e proposta (PLC 79/04) que define melhor as atividades privativas dos jornalistas, diante da recente evolução tecnológica dos meios de comunicação.

O PLC, relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG) na CAS, quer assegurar a plena liberdade de manifestação de pensamento e expressão aos jornalistas, e confirma a exigência de diploma de curso superior de jornalismo registrado no Ministério da Educação para o exercício da profissão, bem como de registro profissional no Ministério do Trabalho.

Regulamentação do mercado de pneus deve ser votada amanhã

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã substitutivo do senador Valdir Raupp (PMDB-RO) a projeto de lei do senador Flávio Arns (PT-PR) que define as exigências ambientais para a colocação, no mercado brasileiro, de pneus importados ou fabricados no país. Na reunião de ontem, Valdir Raupp leu seu relatório na comissão, mas o exame do documento foi adiado em razão do pedido de vista coletivo. Após análise da CAS, a matéria será votada ainda na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), em decisão terminativa.

O substitutivo prevê a proibição das importações de pneus usados para comercialização, permitindo a importação somente para uso como matéria-prima e insumo pelas empresas produtoras de pneus remoldados, recapados e recauchutados. Além disso, havendo disponibilidade de pneus usados no território nacional nas mesmas condições dos adquiridos de outros países, as empresas que utilizam pneus usados como matéria-prima deverão dar prioridade ao produto nacional, reduzindo as importações.



Para Simon, presidente admite que há um exagero na independência do Banco Central

Simon elogia Lula por falar sobre ação do BC

Pedro Simon (PMDB-RS) cumprimentou, ontem, o presidente Lula por ter se manifestado favoravelmente a uma reavaliação sobre a independência do Banco Central, conforme notícia divulgada na imprensa. O presidente, observou o senador, “está reconhecendo que há um exagero na independência do Banco Central”.

Simon afirmou estranhar a autonomia do BC, que se posiciona como “dono da política econômica do país”, e disse ainda esperar que Lula não fique apenas em uma declaração.



Marco Maciel quer revogação da lei sobre empréstimo consignado a beneficiários do INSS

Maciel alerta para dívidas de aposentados

Marco Maciel (PFL-PE) mostrou-se preocupado com o endividamento de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que aderiram ao sistema de empréstimo com desconto em folha criado pela Lei 10.820/03.

– Diante desse grave problema, não vejo outra saída a não ser apresentar um projeto revogando essa lei. Só isso pode tirar aposentados e pensionistas do difícil quadro em que se encontram – sustentou o senador.

Recursos poderão financiar até 80% do custo de projetos de criação, impressão e distribuição de livros. A proposta vai à CAE, onde terá decisão terminativa

Comissão de Educação aprova Fundo Nacional Pró-Leitura

A Comissão de Educação (CE) aprovou ontem, por unanimidade, parecer favorável a projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que cria o Fundo Nacional Pró-Leitura (FNPL). Pela proposta, a Lei do Livro (10.753/03, que instituiu a Política Nacional do Livro) passará a ter instrumento próprio para financiar a cadeia produtiva do setor. A matéria será agora examinada na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em decisão terminativa.

De acordo com o texto (PLS 294/05), o fundo financiará até 80% do custo total de projetos de instituições públicas ou privadas que pretendam incentivar a criação, impressão, distribuição e leitura de livros no país. Também



Projeto de Sarney cria instrumento para financiar a cadeia produtiva do setor

financiará propostas que visem ao desenvolvimento de todas as etapas do segmento livreiro, do escritor até o leitor, promovendo o estímulo ao aumento do índice de leitura no país.

O relator, senador Marco Ma-

ciel (PFL-PE), destacou que a instituição do FNPL tem por objetivo garantir a implementação de programas e a sustentação de projetos relacionados ao fomento da leitura no país, atualmente desprovidos de recursos específicos.

Ex-ministro da Educação, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse lamentar que, juntamente com a aprovação do fundo, não se assumisse a responsabilidade de erradicar o analfabetismo no país.

– Ficarão de fora do projeto entre 15 e 20 milhões de analfabetos e de 40 a 50 milhões que são capazes de decifrar os conjuntos de letras quando estão juntas, mas não são capazes de beneficiar-se disso para ler de verdade – observou.

Língua Brasileira de Sinais poderá compor currículo da educação básica

Projeto que torna obrigatória a oferta da Língua Brasileira de Sinais (Libras) em toda a educação básica foi aprovado ontem por unanimidade pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. Para incluir o sistema Libras no currículo oficial da rede de ensino, o PLS 180/04, da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), altera a Lei 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB).

– É a oportunidade de essas pessoas terem acesso aos conteúdos curriculares – disse Ideli.

Na opinião do relator da proposta, senador Flávio Arns (PT-PR), caso seja transformada em lei, a proposta poderá contribuir para a inclusão social das pessoas com deficiência auditiva.

A CE aprovou ainda parecer favorável a projeto de autoria da Presidência da República (PLC 128/05) que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.

Para o relator, senador Pau-



Aprovada pela CE, proposta de Ideli altera Lei de Diretrizes e Bases da Educação

lo Paim (PT-RS), a proposição possibilita capacitar “os trabalhadores da educação”. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) também ressaltou a importância da educação básica e da formação de professores.

atendendo cerca de 65% dos brasileiros.

A CE aprovou ainda projeto da Câmara denominando “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto daquela cidade. O projeto (PLC 107/05), de autoria do deputado Nárcio Rodrigues, teve como relator o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Também foi aprovado projeto da Câmara denominando “Aeroporto de Vitória – Eurico de Aguiar Salles” o aeroporto da capital do Espírito Santo. O projeto (PLC 121/05), do deputado Marcus Vicente, foi relatado por Gerson Camata (PMDB-ES).

Projeto cria o Dia do Agente Comunitário de Saúde

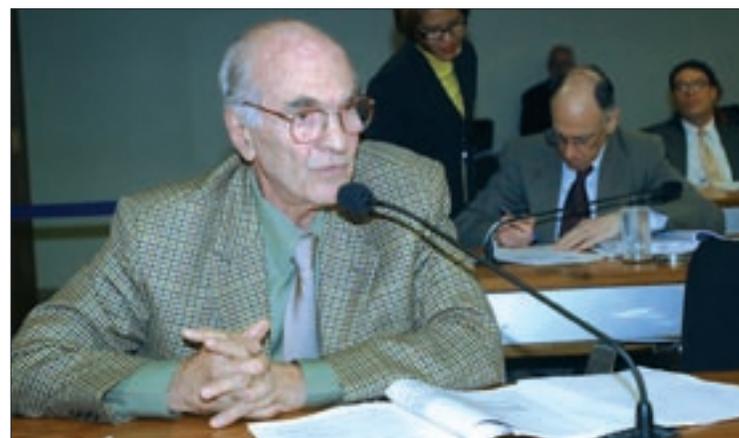
Proposta da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) instituindo o Dia Nacional do Agente Comunitário de Saúde, a ser comemorado anualmente em 4 de outubro, foi aprovado ontem pela Comissão de Educação (CE). O projeto tramita em caráter terminativo e deve seguir para a Câmara, sem passar pelo Plenário do Senado.

A relatora da proposta (PLS 347/05), senadora Maria do Car-



Matéria de autoria de Lúcia Vânia segue para exame da Câmara dos Deputados

mo Alves (PFL-SE), informou que, de acordo com levantamento realizado pela Consultoria do Senado, a atividade conta com quase 200 mil trabalhadores em todo o território nacional,



Presidente da CRE e relator do projeto, Saturnino apresentou parecer favorável

FAB terá 12 aviões Mirage 2000 para reforçar defesa brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB) poderá contar com o reforço de 12 aviões franceses Mirage 2000, usados, que substituirão aparelhos Mirage III, em utilização desde 1972. Projeto com esse objetivo foi aprovado ontem pelo Plenário, depois de receber parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O projeto (PDL 535/05) aprova acordo firmado em julho entre o Brasil e a França, no valor de 80 milhões de euros. Desse total, 60 milhões de euros destinam-se à aquisição das 12 aeronaves, e 20 milhões às peças de reposição. Segundo exposição de motivos elaborada pelo Ministério da Defesa, a compra preencherá uma lacuna na defesa aérea brasileira até que o governo adquira os aviões novos previstos no chamado Projeto F-X, avaliados em US\$ 900 milhões.

Em seu voto favorável, Roberto Saturnino (PT-RJ), relator da matéria e presidente da CRE,

observa que os Mirage 2000 – já utilizados nas guerras do Golfo e dos Bálcãs – são adequados às necessidades imediatas da FAB. Haveria ainda, a seu ver, facilidade de adaptação dos pilotos e técnicos aos novos equipamentos.

– Trata-se de acordo oportuno e conveniente aos interesses nacionais, correspondendo ao esforço governamental no sentido de reaparelhar minimamente as Forças Armadas – afirma Saturnino.

Aplauso

Recebeu ainda parecer favorável da CRE requerimento de voto de aplauso, apresentado por Aelton Freitas (PL-MG), ao general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, ex-comandante da missão de paz da Organização das Nações Unidas (ONU) no Haiti. O requerimento teve o apoio do relator, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), mas contou com a abstenção de Jefferson Péres (PDT-AM), para quem não mereceria voto de aplauso aquele que “apenas cumpre seu dever”.

Embaixadores indicados para Belize, Gana e Hungria são aprovados na CRE

O aumento das exportações brasileiras foi o objetivo comum apresentado ontem à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) pelos embaixadores indicados para Hungria, Belize e Gana. Com parecer favorável da comissão, as mensagens presidenciais que contêm as indicações vão a Plenário.

Apontado para a embaixada em Budapeste, José Augusto Lindgren Alves – atual embaixador na Bulgária – elogiou o rápido crescimento das exportações brasileiras para a Hungria: de US\$ 61 milhões em 2004 para US\$ 148 milhões de janeiro a novembro de 2005. Ele prometeu manter o empenho no crescimento das vendas, além de buscar maior aproximação política e cultural entre os dois países.

– Dom Pedro II foi o único chefe de Estado brasileiro a visitar a Hungria – observou Lindgren.

Também se comprometeu com a manutenção do ritmo das exportações brasileiras o diplomata indicado para embaixador em Gana, Luiz Fernando de Andrade Serra. Ele ressaltou que o comércio bilateral é quase totalmente dominado pelas vendas brasileiras.

O ministro Roberto Pires Coutinho, indicado para representar o Brasil em Belize, pequeno país da América Central que se tornou independente em 1981, vai abrir a embaixada brasileira em Belmopan, capital do país.

Os dois países, segundo o embaixador indicado, devem cooperar em áreas como as de combate à Aids e transferência de tecnologia de biocombustíveis.